



■ Presidente p.11

Convergência nacional para trazer mais inovação



■ Parlamento p.18

Orçamento “prolonga a estagnação do país”

POVO LIVRE



n.º 1943

9 de novembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD



ESQUERDA NÃO QUER REFORMAR O PAÍS

■ Pedro Passos Coelho esteve num encontro com militantes do PSD de Lousada



Dever de transparência dos gestores públicos é questão de “decência”

O cumprimento dos deveres de transparência por parte dos gestores públicos é uma questão de “decência elementar”. O líder do PSD entende que os factos são demonstrativos, pelo que a polémica que envolve a administração da Caixa Geral de Depósitos, com o presidente e os administradores do banco público a recusarem entregar as declarações de rendimentos, não terminou.

“É uma questão de decência e, por decência elementar, pessoas que se disponibilizam - independentemente dos valores que vão receber a título de rendimento - para serem gestores de um banco público, de uma entidade pública, têm o dever de transparência”, afirmou o presidente social-democrata, em declarações aos jornalistas no final de um encontro com responsáveis da CIP - Confederação Empresarial de Portugal, em Lisboa, quinta-feira, 3 de novembro.

Pedro Passos Coelho defende que deve ser o parlamento a encerrar a polémica, “esperando depois que os senhores administradores tenham o sentido de executar” o seu mandato, mas “em regime de transparência”.

“Se as próprias pessoas não percebem, se o próprio Governo não percebe, acho que o parlamento tem a obrigação de pôr um ponto final nesta questão”, preconizou, sublinhando que, se todos os partidos estão de acordo quanto à necessidade de serem cumpridos os deveres de transparência, não há nenhuma razão para que a Assembleia da República não resolva o problema.

“O que estamos a tratar é de um dever de transparência que tem de existir, isto é um folhetim que já devia ter terminado há muito tempo se houvesse autoridade no Governo. (...) Se o estar encerrado pressupõe que o Governo seja discricionário em relação à Caixa e diga ‘temos aqui um corpo de administradores que não



têm os deveres que todos os administradores públicos têm’, então está muito mal encerrada e o parlamento não deve consentir isso”, salientou.

“Cada coisa a seu tempo, aquilo que é importante nesta fase é trazer normalidade àquilo que se passa

na CGD”, assinalou, admitindo que o PSD poderá acompanhar a proposta do BE se for no sentido de repor a obrigação de transparência na apresentação de declarações de incompatibilidades e de rendimentos junto do Tribunal Constitucional.



“Não é uma questão partidária, não é sequer uma questão entre a oposição e o Governo, é uma questão nacional, não há nenhuma razão, eu acho até que é imoral que se esteja a excetuar os administradores da CGD de apresentar as declarações”, referiu, notando que o PSD não mudou de posição em relação a esta matéria, defendendo hoje o que já defendia quando estava no Governo.

Interrogado sobre o facto de alguns administradores ameaçarem renunciar ao cargo caso tenham de apresentar as declarações de rendimentos, o líder do PSD recusou a ideia que o seu partido poderá estar a criar instabilidade no banco público, alegando que as coisas não podem ser invertidas.

“Não é o parlamento que criará um problema à Caixa por querer que a Caixa esteja normalmente abrangida pelo estatuto dos gestores públicos com deveres e obrigações de transparência”, disse, fazendo votos para que não sejam os administradores a criar um problema maior “nem para o banco em que aceitaram trabalhar, nem para o Governo, nem para o Estado”.



6.ª Convenção Autárquica do PSD de Setúbal

Caixa Geral de Depósitos está “sem rei nem roque”

Pedro Passos Coelho reafirmou que os novos administradores da Caixa Geral de Depósitos (CGD) estão obrigados aos deveres de transparência e lamenta que o banco público se encontre “sem rei nem roque”. “Parece que anda tudo sem rei nem roque. Não há quem mande? Não há quem tenha coragem de dizer o que se deve fazer?”, questionou o líder do PSD, sublinhando que esta é a segunda vez que acontece uma situação do género com a Caixa Geral de Depósitos.

“A primeira vez demorou demasiado tempo a substituir a administração que estava e que não queria e não sabia se tinha (a administração) que queria para depois”, lembrou Pedro Passos Coelho, que considerou a atual situação “um filme de fraca qualidade”.

Para o líder do PSD, é importante clarificar se a atual administração pretende cumprir a lei, lembrando que se está a “tratar da principal instituição financeira do país” e que “toda a gente está obrigada, no Estado, ao dever de transparência”.

“Alguém aceitou aquele encargo, julgando que ia trabalhar para a [banca] privada”, acrescentou o dirigente social-democrata, que falava no encerramento da 6.ª Convenção Autárquica do PSD de Setúbal, em Sesimbra, distrito de Setúbal, dia 5.

“Alguém pensou, no Governo, que podia isentar uma certa classe de gestores do escrutínio público e do dever de transparência, quanto aos seus rendimentos?”, questionou Pedro Passos Coelho, lembrando o parecer do Presidente da República, que, segundo o líder do PSD, “recomenda ao Governo, ou ao parlamento, a resolução do problema”.

Na intervenção que fez em Sesimbra, Pedro Passos Coelho afirmou ainda que Portugal “está a pagar mais 350 milhões de euros em juros da dívida, do que deveria estar a pagar”, se tivesse um desempenho idêntico ao de há um ano atrás, que o colocava mais próximo de países como Espanha e outros países do euro.

“Não estamos só a pagar mais. Estamos a pagar mais do que seria necessário, quando olhamos para o comportamento de outros países que, como nós, dependem do Banco Central Europeu (BCE). Portugal é o país da zona euro que paga juros mais caros pela dívida emitida”, disse.



“350 milhões de euros é dinheiro. Dava para pagar mais dívida e ficar menos juros de futuro, ou, em alternativa, para poder atualizar as pensões sem estar a criar novos impostos. Já não era mau”, disse o líder do PSD.

Autárquicas 2017

O presidente do PSD afirmou que quem está na vida autárquica tem a noção da relatividade da importância dos partidos: “Quanto mais próximo das pessoas é o poder que se exerce, mais se tendem a esbater diferenças partidárias. Tem muito que ver com os candidatos e as suas ideias. Quanto mais se decide próximo das pessoas, mais importante se torna o perfil do decisor”, afirmou. Por isso mesmo, referiu que esta é a razão pela qual os partidos sempre procuraram pessoas não filiadas para incluir nas suas listas autárquicas. Os partidos são importantes porque trazem uma coerência nas ações mas há outros aspetos importantes.

“As pessoas que podemos ir buscar e a maneira como nos comportamos perante as coisas e as pessoas, a olhar para a nossa terra e os problemas que existem. Procuramos responder diretamente às pessoas e aos seus problemas. O que importa é resolver o problema olhando para a sua terra e não para o partido. E isso é bom”, declarou Pedro Passos Coelho, acrescentando que os partidos servem para servir as pessoas e as comunidades e não a si próprios.

Para as autárquicas de 2017, o PSD tem como objetivo alcançar o maior número de mandatos e, enquanto grande partido que é, ganhar as eleições. “Sabemos que serão umas centenas de eleições todas diferentes, e que não há uma solução e um perfil que dê para tudo”, disse.

No discurso que proferiu no encerramento da Convenção Autárquica do PSD no distrito de Setúbal, Pedro Passos Coelho especificou também que aguarda saber se o Governo pretende avançar sozinho ou se está disponível para aceitar algumas ideias do PSD para alterar a Lei das Finanças Locais e as atribuições e competências dos municípios.

Pedro Passos Coelho anunciou que o PSD está disponível para debater ideias e sugestões para melhorar as atribuições e competências dos municípios assim como a lei das finanças locais, se o Executivo se mostrar receptivo a isso.

O presidente social-democrata anunciou que na discussão do Orçamento, em sede de especialidade, irá propor à maioria que faça uma reflexão séria sobre o que quer fazer em matéria de atribuições e competências dos municípios. “Esta conversa sobre a descentralização na nova maioria tem vindo a desenvolver-se sem uma linha que se consiga perceber com rigor. Percebe-se que há uma intenção de descentralizar. E isso parece-nos positivo. No passado, também procurámos reforçar os mecanismos de descentralização. Se podermos alocar os recursos a quem os possa usar com o melhor resultado possível, essa deve ser a decisão principal. Há coisas que os municípios sabem fazer melhor que a Administração Central, e devem fazê-lo. E vice-versa. Nós fizemos sempre progressos em matéria de descentralização”, disse.

Nos últimos quatro anos, o PSD iniciou um conjunto de experiências piloto que procuravam garantir processos de descentralização para a agregação de municípios. Não o implementou logo na lei porque normalmente há uma desconfiança muito grande entre os autarcas e a Administração Central quanto à capacidade para pôr à disposição das autarquias os meios adequados para as finalidades que se querem transferir.

“Como é que se vence a desconfiança? A melhor forma pareceu-nos contratualizar. E ou as pessoas aceitam ou não aceitam. Se aceitam, vê-se o resultado da experiência. Se correr bem, melhor, não há razão para desconfiança. Pareceu-nos este o caminho para uma alteração à lei de finanças locais”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Esse trabalho ficou interrompido, mas é sabido o atual governo não o quis prosseguir e parece ter a intenção de seguir um caminho diferente que é mexer logo na lei. O presidente do PSD afirmou que “não sabe o que terá a dizer a Associação de Municípios sobre esta matéria.”

“Não podemos ficar à espera que a nova maioria no parlamento imponha uma nova lei de atribuições e competências. Pode vir a fazê-lo, mas teremos voz neste processo. Queremos saber se a maioria quer fazer isto sozinha ou de forma mais alargada num debate que responda à necessidade de debater as melhores ideias, que não estejam enviesadas por compromissos prévios dentro da maioria. Veremos se estão disponíveis a aceitar as nossas sugestões”, desafiou.

Web Summit: atrair valor para Portugal

O PSD sempre se bateu por criar condições para atrair investimento e pessoas que acrescentem valor. “Nós lutámos bastante quando estávamos no governo para que a Web Summit se pudesse realizar em Portugal.



Houve muitas pessoas que se empenharam muito para que isso acontecesse. E conseguimos. E isso põe Lisboa e Portugal no mapa de todas as start-ups”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Este processo é muito importante e precisa de ser multiplicado, e exige uma estratégia própria. O atual governo não mostra estratégia neste sentido, pelo que este também será um assunto pelo qual o PSD debaterá na especialidade do OE.

“Eu espero que exista uma reação diferente do Governo do que tem tido até hoje. Sempre que queremos debater estratégia de futuro com o Governo, este reage com preconceito. E não só. Muitas vezes agita também inverdades que sabe que não fazem sentido e que ajudam a desviar as atenções. Eu espero que isso mude, porque nenhum de nós tem interesse que o país fique pior”, reafirmou o Presidente do PSD. É preciso haver um debate sério sobre como pôr o país a crescer.

Debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2017

“A estratégia desenhada pelo Governo falhou”

“O PSD irá votar contra a proposta de Orçamento do Estado apresentada por este Governo”. Foi com esta declaração que Pedro Passos Coelho iniciou a sua intervenção, na sexta-feira, 4 de novembro, no encerramento do debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2017.

Para explicar os motivos que levam o PSD a defender a rejeição do documento, o líder do PSD começou por recordar o ponto de partida do Executivo. O “Governo das esquerdas” não tem uma estratégia alternativa, nem consegue colocar o país a crescer sem precisar de “cortes permanentes” ou medidas extraordinárias. O presidente do PSD questionava: “Onde está a estratégia alternativa? Não há”.

Sublinhando que esse é o elemento mais relevante da discussão, Passos Coelho lamentou que, depois de o país ter sido colocado por um Executivo socialista na necessidade de fazer um resgate externo, de passar por um programa de ajustamento “doloroso”, o “Governo das esquerdas”, apenas consiga dizer que “não tem uma estratégia para pôr a economia a crescer sem precisar de cortes permanentes, sem precisar de medidas extraordinárias”.

“O mais que o Governo consegue dizer é que não consegue pôr o país a crescer”, afirmou.

Depois de reservar a parte inicial da intervenção a recordar como a maioria PSD/CDS-PP recuperou o país até ao final de 2015 e as expectativas iniciais do atual Governo socialista, Passos Coelho concluiu que já é possível afirmar que a estratégia que estava desenhada e as metas fixadas falharam.

“Mostram os mapas do Governo que há um desvio muito considerável do lado da receita e em particular da receita fiscal que Governo espera até final deste ano”, assinalou, sublinhando que “não há milagres”.

Passos Coelho fez notar que a dívida, prevista pelo governo, vai aumentar. “O crescimento vai ficar abaixo da meta de 1,8% que o governo exigia”. O investimento e o emprego “não cresceram o que executivo socialista” também estimava.

Como conseguir que o défice fica abaixo dos 3% já este ano? O líder do PSD tem uma explicação: “Hoje é notório que o cumprimento do défice abaixo de 3% só poderá ocorrer com receitas extraordinárias que o Governo aprovou, com uma queda forte nunca vista do investimento público planeado mas também daquele que tinha sido executado no ano anterior e o anúncio de cativações permanentes num processo inédito no país”.



Dizendo ter “muito gosto em informar” o primeiro-ministro, Passos Coelho assegurou ao longo dos quatro anos em que esteve à frente do Governo que “nunca as cativações que foram feitas representaram mais do que instrumentos de controlo orçamental para garantir que os ministérios ficavam dentro dos respetivos limites orçamentais”.

“Todas as cativações foram libertadas até ao final do ano”, assegurou, acusando o Governo de, pela primeira vez anunciar cativações permanentes que terão como consequência “empurrar com a barriga” os problemas.

“Sobretudo há uma ordem: não gastar custe o que custar e aguentar, aguentar até ao final do ano, aguentar”.





o mais possível, ganhar tempo e depois logo se vê”, disse.

Antecipando para 2017 uma política orçamental “mais ou menos mais do mesmo”, com “mais medidas extraordinárias para iludir”, novos impostos para substituir perda de receita e a continuação da transferência de diretos para tributação indireta, o líder social-democrata acusou o Governo de uma “injustiça social gritante”.

Já na parte final do discurso, Passos Coelho voltou a repetir a solução social-democrata sobre a necessidade de atrair investimento, porque o país está a estagnar, avisando o Governo para aproveitar a política de juros baixos praticada pelo Banco Central Europeu, porque “quando for embora ficaremos afundados”.

Além disso, acrescentou, é preciso gerar confiança para o futuro, assegurar a sustentabilidade da Segurança Social, ter uma estratégia para um país mais aberto, inovador, sem “papões da globalização” ou extremismos contra a União Europeia.

“Não é a ameaçar os nossos parceiros que nós vamos crescer mais, nem ser mais felizes, senhora deputada número dois nesta maioria, Catarina Martins”, referiu, dirigindo-se à coordenadora do BE.

O líder do PSD deixou ainda um repto ao primeiro-ministro para que esclareça “de uma vez se vai renegociar juros da dívida em Bruxelas ou não”.

O Governo “não consegue explicar, nem a maioria consegue, porque é que precisa de medidas extraordinárias para tempos de normalidade”, atirou ainda, referindo-se aos “novos impostos, transferência de impostos diretos para tributação indireta”, a título de exemplo.

Passos Coelho conclui que a equipa de Costa e Centeno é exímia no “rigor eleitoral”, mas faz opções de “injustiça social gritante”.

Aproveitou ainda para lançar um repto ao primeiro-ministro, depois de Bloco de Esquerda e PCP terem, por várias vezes nestes dois dias, avisado que vão insistir na renegociação da dívida, mais do que apenas o alívio dos juros com o qual o próprio ministro das Finanças concordou. Passos Coelho quer, por isso, ouvir o que Costa tem a dizer, já que só fala no encerramento do debate.

O líder do PSD recebeu um prolongado aplauso da sua bancada, ao abandonar o púlpito.



PSD votou contra a proposta

A proposta de Orçamento do Estado para 2017 e as Grandes Opções do Plano foram aprovadas na generalidade pela esquerda parlamentar, com os votos favoráveis do PS, BE, PCP e PEV e contra dos deputados do PSD e CDS-PP. O deputado do PAN absteve-se face aos

diplomas que, após aprovados, passarão à discussão na especialidade, em comissão, entre 07 e 18 de novembro. A votação final global está marcada para dia 29, após debates em plenário nos dias 24, 25 e 28.

O Orçamento do Estado para 2017 prevê um crescimento económico de 1,5%, um défice de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), uma inflação de 1,5% e uma taxa de desemprego de 10,3%.

No final da votação, com 228 deputados registados, a maioria dos deputados da bancada do PS e alguns na bancada do BE bateram palmas. É a segunda vez que a esquerda parlamentar se une para aprovar um Orçamento do Estado de um governo PS. A votação culminou um debate de dois dias na generalidade, encerrado pelo primeiro-ministro, na única vez que interveio ao longo da discussão.

ACIMA DE TUDO

LOUSADA
FINANÇAS



Encontro com militantes do PSD de Lousada

Esquerda não quer reformar o país

O líder da oposição acusou o Governo e a maioria de esquerda de “não querer reformar nada no país e ficar à espera de milagres para poder dar mais a toda a gente”.

Discursando na sexta-feira à noite, 4 de novembro, em Lousada, num encontro com militantes locais e dirigentes distritais, Passos Coelho lembrou o que se passou em 2011, quando o então primeiro-ministro, José Sócrates, “andou a dar tanto e mal e a gastar tanto sem retorno, que, quando depois precisava de dar mais ainda, foi lá ao fundo e já ninguém fiava e já não havia nada para dar”.

A seguir, o presidente do PSD avisou: “Se queremos dar alguma coisa, temos de saber gerar alguma coisa de novo. Não se dá o que se não tem. E se queremos ter mais, temos de fazer por isso e não é ficar à espera que as coisas nos caiam no regaço”.

Aplaudido pelos militantes que enchiam um auditório na freguesia de Sousela, o líder social-democrata criticava as opções do Orçamento do Estado, que sexta-feira foi aprovado, na generalidade, no parlamento, lamentando que o documento do Governo socialista não preveja ideias que permitam ao país voltar a crescer.

“É preciso fazer reformas para que esta sociedade, que queremos ver florescer no nosso país, possa efetivamente estar ao nosso alcance”, defendeu.

Insistindo nas críticas à maioria de esquerda, o líder da oposição considerou que, após um ano de executivo do PS, “a única coisa que fica como desejo da atual maioria e do atual Governo é acabar com a austeridade, como se, venceu o social-democrata, houvesse alguém no país que não quisesse acabar com a austeridade”.

“Mas eu andaria com mais prudência nessa matéria, porque não queremos regressar àquilo por que já passamos”, acrescentou.



O presidente do PSD reafirmou que a realidade confirma que “falhou a estratégia” do atual Governo, recordando, a propósito, a “enorme diferença” que disse haver entre o discurso do Governo em matéria de crescimento, há um ano, e os resultados entretanto alcançados.

“Nem para o ano o Governo espera que a economia cresça tanto como cresceu connosco em 2015, o que se passa aqui então”, questionou, prosseguindo: “Connosco a dívida começou a baixar, com este Governo está a subir, connosco as exportações cresceram ao dobro do ritmo que crescem com a atual solução do Governo, connosco até o consumo privado crescia mais do que com estes senhores que hoje governam. O desemprego baixou mais em 2015 do que este ano e criou-se mais emprego em 2015 do que este ano”.

Passos Coelho assinalou que o PSD não está preso ao passado, mas não tem “vergonha ou embaraço” sobre aquilo que fez no anterior Governo.

“Simplesmente, acho que já é tempo de dizer que essa matéria transitou em julgado. Os portugueses sabem o que se passou, não esquecem que 2011 não aconteceu por acaso, sabem o que aconteceu pela mão de um partido, que por acaso está novamente no Governo, que nos trouxe praticamente à bancarrota”, concluiu.



Reunião com a Confederação do Turismo Português

PSD apresentará propostas sustentáveis para finanças públicas



O presidente do PSD destaca uma “convergência muito grande” com a Confederação do Turismo Português quanto à importância de um acordo de concertação social que fosse além da questão do salário mínimo. “Houve uma convergência muito grande quanto à importância de se caminhar para um acordo de concertação social de médio prazo que incidisse não apenas sobre questões relacionadas com rendimentos, leia-se com o salário mínimo, mas também com aspetos relevantes da área laboral e financeira”, afirmou.

Segundo Pedro Passos Coelho, um acordo de concertação social de médio prazo poderia incluir aspetos como os processos de recapitalização das próprias empresas, através da “conversão de dívida em capital ou outras soluções”, disse.

Pedro Passos Coelho falava aos jornalistas no final de uma reunião com a direção da Confederação do Turismo Português (CTP), segunda-feira, 7 de novembro, no âmbito da preparação da apresentação de propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2017, que deverão começar a ser divulgadas após terminar a ronda de reuniões entre com os parceiros sociais, no final desta semana.

O líder do PSD reiterou que a bancada parlamentar apresentará propostas numa perspetiva de “médio prazo”, incidindo sobre a “sustentabilidade das finanças públicas e dos sistemas previdenciais” e, por outro lado, para o crescimento da economia.

Pedro Passos Coelho questionou ainda a posição do primeiro-ministro e seu Executivo em relação à entrega



das respetivas declarações de rendimentos dos administradores da Caixa Geral de Depósitos (CGD).

“Não foi o Governo e o primeiro-ministro que escolheu esta administração? Não é o Governo e o primeiro-ministro que estão a dizer que é preciso cumprir a lei? Então, do que estão à espera senão dar indicações aos administradores de que têm de apresentar a respetiva declaração de rendimentos. Não percebo porque é que não dizem isso”, declarou o Presidente do Partido Social Democrata.

Face ao que “toda a gente já afirmou” quanto à necessidade de os administradores da CGD “cumprirem a obrigação de transparência” e do que é “eticamente esperado”, Pedro Passos Coelho disse não ver a razão pela qual ainda se discute este assunto. Se o assunto ainda não está resolvido, sugeriu, “é porque não há um entendimento claro entre o que foram as responsabilidades assumidas pelo próprio Governo e pelo primeiro-ministro do país junto da administração que ele próprio nomeou”.

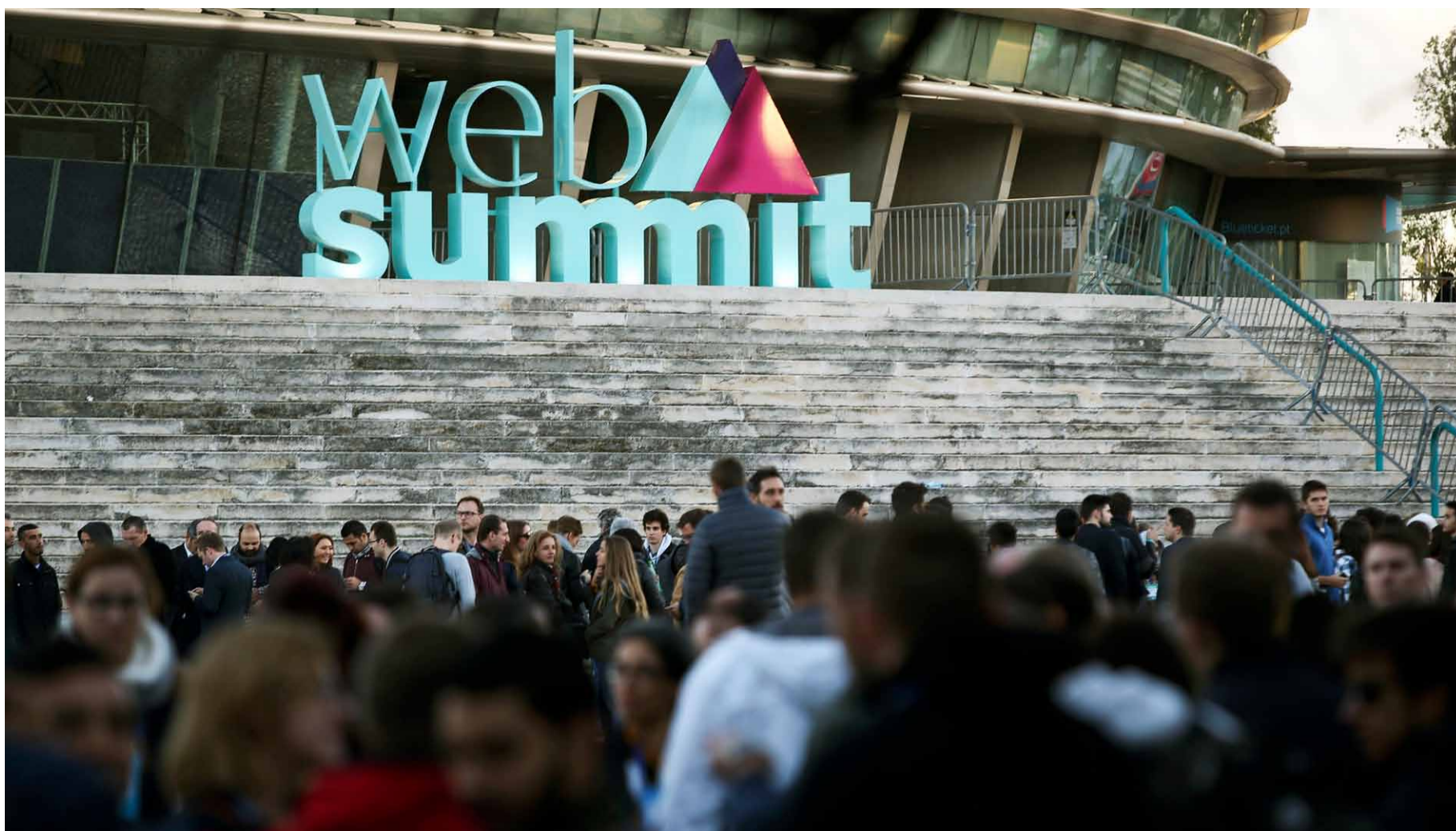
“Por que é que o primeiro-ministro que os convidou,

convidou-os numa condição diferente desta e agora não tem autoridade para lhes exigir o que antes lhes disse que era dispensável de fazer? Do que é que está à espera o primeiro-ministro para mandar fazer cumprir a lei uma vez que foi ele que nomeou a administração juntamente com o ministro das Finanças?”, questionou.

Tal como tinha sustentado no sábado, Passos Coelho afirmou que esta discussão revela “que o governo está sem norte e sem capacidade de decisão” e que “está paralisado”.

“E paralisar numa questão tão relevante que incide sobre a CGD que é o primeiro banco do país é grave. Não se percebe do que é que o primeiro-ministro está à espera para por um ponto final nesta matéria”, afirmou.

Se o governo não conseguir impor o cumprimento das obrigações de transparência, Passos Coelho disse esperar que o parlamento o faça mas, considerou, “não ficava mal” ao primeiro-ministro que fosse ele “a resolver rapidamente a questão em vez de andar a lavar as mãos”.



Web Summit

Convergência nacional para trazer mais inovação

O presidente do PSD frisou que a realização da Web Summit, em Lisboa, é resultado de um trabalho com ano e meio, que começou com o anterior Governo, e defendeu uma convergência nacional na aposta na nova economia. “Claro que espero que haja continuidade política, estes não são assuntos de natureza partidária, mas antes matérias nacionais em relação às quais gostaria que houvesse uma convergência muito grande de trabalho político, económico, social e institucional”, declarou.

Pedro Passos Coelho afirmou ter “as melhores expectativas em relação à Web Summit, que é um resultado de um trabalho que começou há bastante tempo, um ano e meio, ainda na altura em que liderava o Governo”.

O presidente do PSD acrescentou que quem liderou este processo de trazer para Portugal a Web Summit foi o seu vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, em articulação com a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) e depois com uma grande adesão da Câmara Municipal de Lisboa”.

“Hoje temos a possibilidade de materializar este evento, que tem um significado tremendo, quer no que respeita ao relevo que dá à economia digital, quer em termos de dinamismo, sobretudo de gente mais nova que cria empresas em quase todos os setores”, frisou.

O líder social-democrata reforçou depois que Portugal “precisa de jovens empresas, com muito dinamismo, que consigam trazer novo financiamento e mais inovação”. “Congratulo muito todos aqueles que tornaram possível este evento em Lisboa. Na altura, Lisboa concorreu com outras cidades capitais europeias”, disse.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda esperar que a Web Summit “possa ser um exemplo que permaneça em Portugal por muitos anos, porque isso terá um significado e um impacto grande na economia nacional”.

Mais de 50 mil pessoas, entre empreendedores, ‘startups’ e investidores de topo vão encontrar-se na Web Summit durante 4 dias. A cimeira tecnológica que nasceu em 2010 na Irlanda, e que se realiza pela primeira vez em Portugal, vai manter-se em Lisboa até 2020 e poderá prolongar-se por mais dois anos, havendo uma expectativa de retorno financeiro na ordem dos 175 milhões de euros para a edição de 2016. Entre os mais de 50.000 participantes estarão 7.787 portugueses. Além dos que vêm da área tecnológica, a curiosidade é que muitos são de setores tradicionais como retalho,

construção, escritórios de advogados e agricultura. Os participantes são oriundos de mais de 165 países. Entre as principais, destacam-se Portugal (7.787), Reino Unido (7.486), Alemanha (4.175) e Irlanda (4.058). Participam mais de 20.000 empresas, mais de 2.000 ‘startups’, 150 delas nacionais de topo, 663 oradores, 1.500 investidores, 7.000 presidentes executivos de empresas de tecnologia, desporto, moda, música e saúde, entre outras. A fazer a cobertura do evento estarão cerca de 2.000 jornalistas internacionais.



Plano Nacional para a Coesão Territorial é “um catálogo de medidas vagas”

A distrital de Castelo Branco do PSD critica o Plano Nacional de Coesão Territorial (PNCT) feito pela Unidade de Missão para o Interior, classificando-o como “desfasado” da realidade e com ideias vagas. “Não podemos deixar de assinalar mais um documento desfasado do que o interior do país precisa, ainda mais quando os deputados do partido que está no Governo fazem tantas referências a um trabalho com este nível”, refere em comunicado a Comissão Política Distrital de Castelo Branco do PSD.

Os sociais-democratas argumentam que se está perante mais um estudo que se resume “a um catálogo de medidas reativas”.

“E este é um dos principais problemas que o interior tem sentido. Falta uma agenda para o interior. Falta um desígnio, uma força e empenho para olhar para o interior de frente”, sustentam.

Adiantam que ao olhar para o PNCT percebe-se que para alcançar mais medidas fazem parte outras das quais já foram implementadas ou estão em fase de implementação e outras que foram articuladas para poderem ser candidatas no horizonte de implementação do Portugal 2020, devidamente enquadrados pelo trabalho realizado pelo Governo anterior.



“No fim, apenas apresentaram um estudo para servir de pura propaganda eleitoralista e demagógica, que se limitou a juntar num só documento algumas das experiências pensadas por outras instituições, numa amálgama de ideias sem uma linha condutora”, afirmam.

O PSD de Castelo Branco sublinha ainda que a Unidade de Missão para a Valorização do Interior tinha a obrigação e o dever de fazer melhor devido ao capital de experiência acumulada dos seus integrantes e ao tempo e orçamento alocado à sua missão.

No comunicado, afirma também que não querem acreditar que os deputados do PS, eleitos por círculos do interior, que criticaram a criação do Estatuto de Territórios de Baixa Densidade apresentado pelo PSD, se revejam naquilo que consideram um “catálogo avulso de projetos”, grande parte deles já em curso ou terminados.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Portugal terá “maiores dificuldades de financiamento”

Maria Luís Albuquerque, vice-presidente do PSD, advertiu na sexta-feira, 4 de novembro, para as crescentes dificuldades de financiamento de Portugal em mercado e acusou o Governo de subir despesa sem crescimento e com aumento de imposto, protegendo “dependências e assistencialismos”.

A vice-presidente do PSD caracterizou como dramática a evolução da economia portuguesa desde 2016, frisando que “todas as devoluções, reposições e reversões” feitas por este Governo “custam dinheiro”.

“E sem crescimento só se pode ir buscar o dinheiro ao sítio do costume: Ao aumento de impostos. Agora com manifesta preferência pelos impostos indiretos, que as famílias notam menos e sempre se lhe podem associar intenções piedosas, como pretensas preocupações com a saúde ou a sustentabilidade da segurança social”, disse Maria Luís Albuquerque.

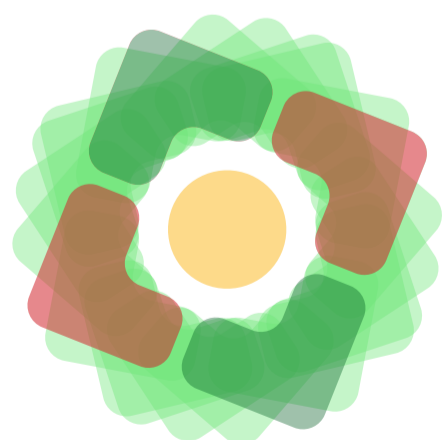
A vice-presidente do PSD atacou o atual Governo por proteger determinados grupos sociais do país, colocando em causa uma lógica de primazia ao mérito.

“Este Governo e esta maioria não têm nada para oferecer aos que não estão instalados, aos que não se resignam a um país que consome o que tem e o que não tem para perpetuar dependências e assistencialismo. Não se promove o mérito e a exigência, não se combatem as desigualdades e não se promove a mobilidade social com as medidas deste Governo e desta maioria”, declarou.

Maria Luís Albuquerque deixou também alguns avisos sobre a evolução da economia portuguesa, defendendo que a dívida pública “continua a crescer - e até se considera boa notícia o ‘rating’ não descer, quando há um ano a expectativa era de que subisse”.

A vice-presidente do PSD afirmou ainda que a diferença dos juros entre Portugal e Espanha, no final de 2015, se limitava a 50 pontos base - diferença que cresceu significativamente ao longo deste ano, apesar da política do Banco Central Europeu.

“Começa a ser difícil ir buscar dinheiro ao mercado. O senhor ministro [Mário Centeno] sabe do que falo”, referiu.



JORNADAS

CONSOLIDAÇÃO, CRESCIMENTO E COESÃO

ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

Santarém
12 novembro

Portalegre
14 novembro

Setúbal
16 novembro

Évora
19 novembro

Castelo Branco
19 novembro

Leiria
21 novembro

Lisboa A0
24 novembro

Faro
25 novembro

Guarda
25 novembro

Porto
26 novembro

Lisboa
28 novembro



Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Bragança

“Orçamento corta no Estado Social”



Portugal retrocedeu no rumo que estava a percorrer, de reforço da consolidação, do crescimento e da coesão. O tema das jornadas que o PSD levou a Bragança, dia 5, foi o ponto de partida para o secretário-geral do PSD explicar como o Orçamento do Estado para 2017 se traduz num retrocesso para o país, ao mesmo tempo que reduz as verbas para setores chave da economia e da vida social do país.

“É impossível ignorar o problema das cativações, que é também uma das bases do próximo Orçamento do Estado”, sublinhou o secretário-geral. Mas o que antes suscitava fortes críticas de partidos como o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português, merece hoje o silêncio destes partidos, recordou José Matos Rosa: “Andam entretidos a reclamar esta ou aquela medida, para ver quem consegue capitalizar mais e ganhar mais votos. E apesar de reconhecerem a situação atual, votaram a favor da proposta de Orçamento para 2017, apontou José Matos Rosa, recordando que a própria deputada bloquista Mariana Mortágua disse que a saúde está suborçamentada, que falta dinheiro para a educação e que o investimento público nunca esteve tão baixo.”

O secretário-geral do PSD atribui aos partidos de esquerda a responsabilidade pelas consequências que o Orçamento de 2017 criará no futuro. “É deles este Orçamento”, alertou.

Também o deputado Nuno Serra vincou as diferenças entre o caminho percorrido pelo governo do PSD e o atual. O vice-presidente da bancada parlamentar do PSD elencou os indicadores onde o país estava a ter sucesso, em 2015, e que entraram em trajetória descendente desde há um ano. As opções erradas do Governo já trouxeram um recuo do nível de vida dos portugueses e da economia. Basta olhar para o novo imposto sobre



refrigerantes, que motivou a notícia conhecida: a Coca-Cola cancelou o investimento de 40 milhões de euros na fábrica Refrige, em Setúbal, na sequência da chamada ‘fat tax’. Desvendando os truques do governo socialista, Nuno Serra explicou que este imposto para bebidas açucaradas tem o primeiro escalão a começar em 0% de açúcar, não sendo por isso motivado por questões de saúde mas pelo desespero de receita fiscal.

O deputado José Silvano havia antes descrito o que o Orçamento de 2017 traz para Bragança – uma total ausência de medidas em áreas como a coesão territorial, de resto apontada pela própria CGTP. E mesmo no que diz respeito às medidas da unidade de missão para o interior, muitas já existiam, referiu. Acresce que o Orçamento traz medidas que prejudicam diretamente o distrito de Bragança, como o agravamento do imposto para unidades

de alojamento local e o aumento dos impostos sobre produtos petrolíferos. José Silvano lembrou ainda que o Orçamento para 2017 não prevê, para já, qualquer obra pública para Bragança. No que às pensões diz respeito, o deputado eleito por Bragança denunciou que o distrito é particularmente afetado pela injustiça social da decisão de dar um aumento extraordinário de 10 euros só às “pensões que não são as rurais nem as mais baixas, não contributivas, e só se vão aplicar às contributivas noutras situações”. Oram “no distrito, a maioria das pensões são rurais ou não contributivas, que são as mais baixas”. “No aspeto social, tem um efeito tremendamente negativo”, resumiu José Silvano.

O presidente da Comissão Política Distrital de Bragança, Jorge Fidalgo, abriu a sessão alertando para os sinais de desinvestimento no distrito de Bragança, neste último ano, e tomando pulso às medidas do Governo socialista para a coesão territorial, que considera “avulsas” e “desgarradas”.

Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Vila Real

“2016 foi um ano perdido”

Na noite de sexta-feira, Vila Real acolheu também uma sessão de esclarecimento das Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão. O secretário-geral recordou que, em apenas um ano, o investimento público e privado caiu, a economia teve um crescimento anémico, a descida do desemprego abrandou e a criação de emprego foi tímida.

Por sua vez, Nuno Serra lembrou que “Portugal conseguiu, em 2012, pela primeira vez ao fim de 42 anos, ter ‘superavit’ na balança comercial de serviços e bens”. Conquistas também na inversão da trajetória de endividamento das famílias e das empresas, na redução do défice de mais de 11% para menos de 3%, em quatro anos, que traduzem, no fundo, um paradigma de governação totalmente diferente do que o atual governo inaugurou. Esta é uma governação marcada por falácias, de que o maior exemplo é o consumo privado como motor do crescimento económico, defendeu o deputado, fazendo contas ao avanço do PIB. “Estamos a entrar num período em que os dados macroeconómicos externos são mais favoráveis ao crescimento”, indicadores que eram menos positivos nos anos do anterior governo, quando Portugal cresceu mais do que atualmente. E apesar de dizer que recuperou a execução dos fundos comunitários, o Governo tem vindo a fazer o contrário. “Quem está a sofrer são aqueles que têm projetos que não estão a avançar”, apontou o deputado social-democrata. “A gestão política de António Costa está a sobrepor-se à gestão financeira do país”, frisou.

A mesma ideia foi deixada por Luís Leite Ramos, quando esmiuçou a ausência de estratégia do Orçamento do Estado para 2017, um documento que não privilegia “o investimento e o crescimento”, “não traz nem tranquilidade nem confiança aos portugueses”. E mesmo no que promete dar, é sempre para depois, adiando investimentos e nunca concretizando propostas, explicou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD e deputado eleito por Vila Real. O distrito tem sido afetado pelos cortes do Orçamento, como a redução de 430 milhões de euros na pasta do Planeamento e Infraestruturas, avançou Luís Leite Ramos. São obras congeladas ou que ficam por avançar. Na saúde, o impacto das cativações tornadas cortes, este ano, é muito significativo. “Em abril deste ano, o Secretário de Estado da Saúde prometeu que o Hospital da Régua abriria em setembro ou outubro”, depois das obras para acabar com o surto de Legionella, descreveu o orador, para lembrar que, em novembro, ainda não há obras nem concurso para a sua realização.

O melhor exemplo da “falta de vergonha e de pudor do Governo é o Programa Nacional para a Coesão Territorial”, acusou Luís Leite Ramos, falando sobre um documento que diz ter sido “vendido como a salvação do interior” mas que contém 146 medidas, das quais metade já estão implementadas. “E muitas foram imple-



mentadas pelo governo anterior”. Acresce que as novas medidas não trazem soluções para o interior, faltando ainda números, prazos para a sua execução e previsão do número de beneficiários de cada uma.

O presidente da Distrital do PSD de Vila Real, Alberto Machado, focou igualmente a política da incoerência e

da ocultação do governo socialista, acusando o primeiro-ministro de ter feito um discurso falacioso na Assembleia por anunciar como novas medidas que já tinham sido planeadas pelo XIX Governo Constitucional. Para Alberto Machado, é “uma intenção de popularidade que não é fundamentada na realidade”.

Paulo Rangel questiona Bruxelas sobre alegado pacto com França para contornar déficit

O eurodeputado social-democrata Paulo Rangel questionou a Comissão Europeia sobre se é verdade a existência de um acordo entre Bruxelas e Paris para permitir à França contornar as regras do déficit.

As questões, com caráter de urgência, enviadas dia 3 de novembro, pelo líder da delegação do PSD no Parlamento Europeu surge na sequência da publicação de um livro sobre o Presidente francês, François Hollande, que revela a existência de um “pacto” entre a Comissão Europeia e as autoridades francesas, que permitiu a França escapar a sanções por déficit excessivo nos últimos anos, através de uma “maquilhagem” das contas públicas divulgadas.

Na conferência de imprensa diária, o porta-voz da Comissão, Margaritis Schinas, escusou-se a comentar a questão, limitando-se a dizer que não leu o livro em questão – da autoria de dois jornalistas do jornal “Le Monde” –, enquanto a porta-voz para os Assuntos Económicos, Annika Breidthardt, se limitou a dizer que “todos os Estados-membros são tratados de forma igual e de acordo com a sua situação específica à luz do Pacto de Estabilidade e Crescimento”.

Na questão enviada ao executivo comunitário, Paulo Rangel aponta que, no livro “Un président ne devrait pas dire ça...” (em tradução livre, “Um Presidente não deveria dizer isso...”), François Hollande “faz referência não apenas a este alegado tratamento privilegiado do Estado francês pela Comissão Europeia como também revela uma negociação bilateral entre a Comissão e o Estado francês”.

Paulo Rangel questiona então se “é verdade que a



França celebrou um acordo – formal ou informal, secreto ou não – que lhe permitiu contornar as regras aplicáveis à zona euro, em sede de déficit e de dívida, beneficiando de um tratamento ilegal e discriminatório”.

O eurodeputado pergunta ainda, a confirmar-se esse acordo, “quem foram os responsáveis europeus

e franceses por essa prática e a que procedimentos de responsabilização política e jurídica ficarão sujeitos”, e ainda “que medidas vai tomar a Comissão para corrigir esta situação anómala e que compensação dará aos Estados que foram obrigados a cumprir estritamente as regras do direito europeu”.

Alunos de Valongo não têm aulas de Educação Física por falta de assistentes operacionais

O PSD exige que o Governo tome medidas para que os alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas Vallis Longus, concelho de Valongo, possam ter aulas de Educação Física, algo que não acontece por falta de assistentes operacionais.

Numa pergunta dirigida ao Ministério da Educação e assinada pelo vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Miguel Santos, lê-se que as escolas do Vallis Longus “têm neste momento menos nove assistentes operacionais ficando assim impedidas de garantir todos os serviços e a necessária segurança dos alunos”.

“Por esse motivo, por falta de resposta da tutela e seus serviços às solicitações e pedido, a escola foi obrigada a encerrar, por tempo indeterminado, o pavilhão gimnodesportivo, pelo que os alunos deixarão de ter aulas de Educação Física”, refere Miguel Santos.

O deputado social-democrata, que é também presidente da concelhia de Valongo, distrito do



Porto, considera esta situação “inaceitável para a comunidade educativa, em particular para os alunos” e exige uma “resposta urgente” do Ministério da Educação.

“Nunca é demais recordar a importância destes profissionais na comunidade escolar e o bom funcionamento das nossas escolas e que, já que a tutela não acautelou e preparou a implementação da medida das 35 horas, cumpre ao Governo encontrar uma solução”, refere o PSD.

A missiva enviada ao Ministério pergunta que medidas vão a ser desenvolvidas e quando é que os alunos da escola voltarão a ter aulas de Educação Física, vincando que a diminuição das 40 para as 35 horas de trabalho gera “impacto no funcionamento das escolas”, tornando “necessária” a contratação de “mais assistentes operacionais para garantir o desempenho das mesmas funções e igual grau de resposta às necessidades das escolas”.

Solução para quartéis degradados da GNR em Oliveira de Azeméis

O PSD pede ao Ministério da Administração Interna uma “solução definitiva” para dois postos da GNR em Oliveira de Azeméis, por não estar claro no Orçamento do Estado se há verbas para as duas infraestruturas. Em causa estão os quartéis de Cesar e Cucujães, cujo estado de degradação há muito vem preocupando militares e sociedade civil, motivando por parte de diferentes governos sucessivas promessas de requalificação que não chegam a concretizar-se.

“É imperioso obter uma resposta urgente por parte da tutela”, defende, em comunicado, a deputada social-democrata Helga Correia, eleita pelo círculo de Aveiro, a que Oliveira de Azeméis pertence. “Esta é uma situação referenciada por vários governos e que não é passível de ser consecutivamente adiada, porque falamos em ambos os casos da dignidade humana dos militares e da comunidade que recorre aos seus serviços”, realça.

Numa interpelação ao ministério, a parlamentar reconhece que o Orçamento do Estado para 2017 afeta uma verba de cerca de 1.600 milhões de euros à segurança interna e anuncia a elaboração da Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança para o quinquénio de 2017-2021.

A deputada nota que essa verba “naturalmente poderá ser insuficiente”, mas defende que, “bem aplicada, poderá requalificar ou construir todos os quartéis do país onde isso é necessário”, pelo que quer ver esclarecido se os postos de Cesar e Cucujães fazem parte da lista de imóveis a recuperar.

Helga Correia alerta também o Governo de que, “ao longo de vários anos, tem havido abertura por parte do município de Oliveira de Azeméis e das juntas de freguesia de Cesar e Cucujães para encontrarem uma solução conjunta”.

O comunicado do PSD nota que o processo teve início em 2007, quando o subsecretário de Estado da Administração Interna de um governo PS anunciou para o ano seguinte o arranque das obras do novo quartel de Cucujães. A empreitada nunca chegou, contudo, a ser concretizada. Mais tarde, o anterior governo encetou o “diálogo com as várias entidades para obtenção de uma solução conjunta, mas a mudança de ministro atrasou o processo”.



FÓRUM DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Cooperar e inovar para servir os portugueses



09. novembro (4ª – 21h00)

COIMBRA

Conservatório de Música de Coimbra

ÁREA TEMÁTICA

INFÂNCIA

TEMA

PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS. ONDE ESTAMOS? PARA ONDE VAMOS?

12. novembro (sáb. – 09h00)

GUARDA

ÁREA TEMÁTICA

SAÚDE

TEMA

LIBERDADE DE ESCOLHA E PARCEIROS NO SISTEMA DE SAÚDE

14. novembro (2ª – 21h00)

AVEIRO

Hotel Imperial

ÁREA TEMÁTICA

EDUCAÇÃO

TEMA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DIVERSIFICAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Orçamento “prolonga a estagnação do país”

“Um ano depois o país está pior e a vida quotidiana das pessoas não está melhor”. Com esta frase, Luís Montenegro iniciou a intervenção no debate de discussão na generalidade do Orçamento do Estado (OE), dia 3, apelidando o défice de “nova paixão das esquerdas”, mas sublinhando que o indicador desce menos do que nos últimos cinco anos.

Luís Montenegro acusou o Governo e a esquerda de praticarem “austeridade pura”. O líder parlamentar do PSD argumentou que “o país está menos confiável” e lembrou que, entre outros recuos, “o investimento público está a diminuir estrondosamente”. “Hoje, Portugal é um palco de revanchismo e de reversões”, classificou Luís Montenegro, sublinhando que 2016 foi um ano perdido. “Este Orçamento, em vez de trazer esperança, repete os erros e prolonga a estagnação do país”, acrescentou.

De seguida, reconhecendo que o Governo decidiu antecipar devolução de alguns rendimentos, o parlamentar questionou: “Esta aceleração foi e é a troca de quê? Qual o preço que a esquerda cobra pela sua generosidade?”. Para o social-democrata, com o anterior executivo “a reposição de rendimentos era mais gradual, mas era amiga do investimento, das famílias e do Estado Social”. “O preço é alto e injusto”, respondeu Luís Montenegro às questões por si colocadas, sublinhando que “a austeridade vem agora escondida e para ficar de forma permanente”. E apontou inúmeros exemplos: “O IRS agravado com a atualização dos escalões, novo imposto sobre o património, aumento do imposto sobre o alojamento local, sobre os refrigerantes, sobre os combustíveis, os veículos, sobre as bebidas alcoólicas, o tabaco, o selo do carro e até o aumento do imposto sobre as balas”, disse, ironizando: “Quando é para ir ao bolso dos portugueses, o melhor é disparar para todos os lados. É assim que se faz o Orçamento das esquerdas”.

Questionando sobre “quem se atreve a dizer que a vida quotidiana das pessoas está melhor do que no final de 2015”, o líder parlamentar social-democrata garantiu que este OE “é eleitoralista, é injusto, tem mais austeridade e prolonga a agonia da economia”. O documento é, nas palavras de Montenegro, “mau para Portugal”, apesar de ser “bom para aqueles que só querem aguentar”.

Para Luís Montenegro, a nova máxima do Governo de esquerda é “O povo que aguente”, acusando os líderes dos partidos que apoiam o Governo de “assobiarem para o lado” e de “aguentarem” este agravamento fiscal. “Cadé dos arautos do Estado social?”, questionou. “Com o colapso dos serviços públicos, a deputada Catarina Martins assobia para o lado, fala dos ricos e diz ao Bloco: ‘aguenta’. O deputado Jerónimo de Sousa finge que não vê e diz à CGTP: ‘temos de aguentar’. António Costa diz ao PS e aos parceiros: ‘Digam aos portugueses aguentem, só assim nós nos podemos aguentar no Governo. E se alguma voz da oposição, ou mesmo sem ser da oposição, perguntar: ‘será que o país aguenta?’ O Dr. António Costa pode estar a rir-se mas nessa altura não vai ter coragem de dizer, mas vai pensar: ‘aguenta, aguenta, é a maneira de eu me aguentar”.

“Um Orçamento que não puxa pela economia”

“O vosso desempenho é medíocre, o resultado é sofrível e os portugueses é que pagam”, criticou o deputado do PSD António Leitão Amaro, considerando que o diploma “é um arsenal de impostos”, no primeiro pedido de esclarecimento ao ministro das Finanças, no debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2017.

António Leitão Amaro confrontou Mário Centeno com o “falhanço” do Governo perante “todas as metas” no investimento público, “que afunda”, no consumo privado, “que cresce metade ou até decresce face a 2015”, e na



dívida pública, que “atinge recordes”.

“O Orçamento do Estado para 2017, tal como o de 2016 o foi, é um arsenal de novos impostos”, sustentou, afirmando que conta “pelo menos doze”.

Para o PSD, a proposta orçamental padece de “quatro grandes pecados”, o primeiro dos quais a “falta de credibilidade”: “é um orçamento sem credibilidade que trata as pessoas como objetos de uma luta eleitoral pela sobrevivência do poder”.

“Foi assim quando esconderam a mais básica informação orçamental para que os portugueses não percebessem que a receita está a falhar, que o esforço fiscal para o próximo ano vai ser maior”, sustentou.

O deputado, que criticou ainda o facto de não ser o primeiro-ministro, António Costa, mas sim o ministro das Finanças a apresentar a proposta orçamental no parlamento, destacou ainda a eliminação da sobretaxa, que será “eliminada gradualmente a tempo das [eleições] autárquicas”.

“Mas, na cobrança do IRS, lá terá a sobretaxa até ao último dia, que belo embuste eleitoral”, acusou, criticando também como “truque eleitoral” o aumento das pensões “a um mês das autárquicas”.

“Qual é a misteriosa razão que o mesmo aumento seja distribuído ao longo do ano? Há uma razão, as eleições”.

O “segundo pecado”, considerou, é um “Orçamento que não puxa pela economia” nem incentiva o investimento, e o terceiro, disse, é “ser um orçamento que agrava as desigualdades sociais”.

António Leitão Amaro criticou ainda a proposta do Governo, afirmando que “insiste numa política errada” e “mantém a austeridade”.

“Afinal a austeridade temporária da crise transformou-se em normalidade e continuam a aumentar a despesa pública”, especialmente no curto prazo, criticou.

Dever de transparência é para todos os gestores públicos

O PSD entregou, dia 2 de novembro, dois diplomas para a eliminação da exclusão dos administradores da Caixa Geral de Depósitos (CGD) do Estatuto do Gestor Público, explicitando que a lei deverá produzir efeitos imediatos, “incluindo relativamente aos mandatos em curso”.

Os dois diplomas correspondem ao desdobramento do projeto de lei que o PSD entregou no dia 28 de outubro, para fixar na lei os critérios de “razoabilidade e adequação” nos salários dos gestores públicos e garantir que a administração da Caixa Geral de Depósitos fica obrigada aos deveres de transparência.

Segundo o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, com o desdobramento é autonomizado o ponto relativo à transparência para promover o consenso entre os partidos no parlamento.

Nos novos diplomas é acrescentada uma alínea no artigo relativo à sua “entrada em vigor e produção de efeitos”.

Um dos projetos de lei agora entregues na mesa da Assembleia da República introduz “alterações ao estatuto do gestor público e aos regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local”, eliminando a exclusão dos administradores da CGD do Estatuto de Gestor Público e repondo limites salariais.

“Relativamente ao limite remuneratório excepcional aplicável às empresas mercantis que operam em mercado concorrencial, clarifica-se e reforça-se a responsabilidade do ministro das Finanças na autorização de salários acima do primeiro-ministro. Fica claro que se trata de uma faculdade e não uma obrigação do ministro das Finanças, que tem de exercer com razoabilidade”, lê-se na exposição de motivos do diploma.

Ao ministro das Finanças, é ainda referido, “cabe-lhe fundamentalmente, decidir e fixar em cada caso a remuneração entre um dos dois limites taxativos que a



lei prevê: o nível do primeiro-ministro ou um valor que fundamente como adequado, respeitando sempre o limite máximo da média dos últimos três anos”.

O outro diploma, que corresponde à parte que foi autonomizada na versão inicial, visa impor “deveres de transparência aos administradores da CGD”.

Neste diploma são introduzidas três alterações em matéria de transparência, nomeadamente o alargamento o “dever dos gestores públicos declararem interesses potencialmente conflitantes, incluindo referência expressa à lei n.º 4/83 que confirma a necessidade de reporte também ao Tribunal Constitucional”.

Além disso, são expressamente revistas “regras mais clara nos impedimentos” e estabelecida a obrigação de publicitação no ‘site’ da empresa pública dos registos de interesses dos administradores, das orientações trans-

mitidas pelo Governo e da fiscalização do cumprimento dos objetivos fixados.

No sábado, o presidente da bancada do PSD voltou a classificar como “absolutamente escandaloso que o presidente da Caixa se dê ao luxo de afirmar publicamente” que não cumpre a disposição legal do dever de transparência e que “o Governo lave daí as mãos dizendo que não é nada consigo”.

“A forma mais expedita de resolver esse assunto é autonomizar a parte relativa à transparência, que fazia parte do nosso projeto, e suscitar junto dos partidos uma aproximação para que se resolva de uma vez por todas uma situação escandalosa. Nós desdobramos a nossa iniciativa em duas para que não haja nenhum alibi por parte dos partidos”, explicou, recordando que no caso da transparência há uma opinião unânime, o que não acontece no caso dos salários.

Deputados do PSD recordam a VI Legislatura

Três dezenas de sociais-democratas comemoraram sexta-feira, 4 de novembro, o 25.º aniversário da data em que pela primeira vez tomaram posse como deputados. “Faz hoje 25 anos precisamente, 04 de novembro de 1991 que eu e mais algumas dezenas de jovens deputados do PSD tomámos posse pela primeira vez como deputados na Assembleia da República”, explicou o antigo parlamentar do PSD Castro Almeida, o mentor do almoço que decorreu no Refeitório dos Frades, na Assembleia da República.

Recordando que, para muitos, o dia 04 de novembro de 1991 foi o princípio de uma carreira política, Castro Almeida insistiu que o único objetivo do almoço é “conviver, recordar, rever pessoas”.

“Foi um local onde tivemos muitos sonhos, muitas esperanças no ano de 91”, frisou.

Questionado sobre a ausência do então primeiro-ministro Anibal Cavaco Silva, Castro Almeida explicou que o critério para participar no almoço era ter sido deputado e exercido ao mandato na legislatura que teve início em 1991.

Além de Passos Coelho, entre os 30 participantes no almoço estavam o antigo chefe da Casa Civil do Presidente da República Cavaco Silva, Nunes Liberato, o ex-ministro das Finanças Braga de Macedo, o ex-ministro da Saúde Arlindo de Carvalho, o antigo autarca do Porto, Rui Rio, o atual presidente da câmara de Aveiro, José Ribau Esteves e o ainda deputado Duarte Pacheco. Luís Montenegro participou no almoço por ser atualmente o líder do grupo parlamentar do PSD.

A 04 de novembro de 1991 teve início a VI Legislatura, depois das eleições de 06 de outubro, que deram a Cavaco Silva a sua segunda maioria absoluta, com o melhor resultado de sempre do PSD em eleições legislativas.



Orçamento não contempla “matérias prioritárias” para a Madeira



A Comissão Política do PSD/Madeira manifestou-se, no Funchal, preocupada com a proposta de Orçamento do Estado para 2017 por lá não constarem matérias que o PSD/Madeira considera “prioritárias” para a região autónoma.

O secretário-geral do partido, Rui Abreu, sublinhou, no final da reunião, dia 4, que a proposta aprovada na generalidade não faz menção aos 8,8 milhões de euros “prometidos para a construção do novo hospital”, bem como aos 15 milhões resultantes de dívidas acumuladas pelos subsistemas de saúde ao Serviço Regional de Saúde.

O dirigente vinco que também não é feita referência aos 60 milhões de euros da sobretaxa do IRS que se acumulam em dívida à região e, do mesmo modo, não comporta qualquer verba para o concurso da carga aérea e para a linha marítima de passageiros entre a Madeira e o continente.

“De salientar ainda que a nova taxa que o Governo da República vai aplicar sobre o açúcar e as bebidas com açúcar, quando imposta na Região, deve reverter para o Serviço Regional de Saúde e não para o Serviço Nacional de Saúde”, realçou Rui Abreu.

O PSD/Madeira afirma, porém, que estas omissões na proposta do Orçamento de Estado não vão impedir o partido, em sede especializada, de alertar e procurar garantir a sua efetivação.

A comissão política regional refutou, por outro lado, as declarações do ministro das Finanças, Mário Centeno, durante o debate na Assembleia da República, onde manifestou dúvidas sobre o cumprimento da Lei de Finanças Regionais por parte Madeira.

Rui Abreu lembrou que o ano de 2016 ainda não terminou e que a região autónoma apresenta superavit, enquanto a República apresenta défice.



“A Madeira está a reduzir a dívida enquanto a República aumenta essa mesma dívida”, disse, considerando que “declarações irresponsáveis podem causar efeitos perniciosos sobre o esforço de consolidação orçamental que a Madeira e os madeirenses”.

O PSD recorda, ainda, que entre 2012 e 2016, a dívida da Madeira diminuiu 1.000 milhões de euros.

A comissão política manifestou, entretanto, o apoio à proposta de Orçamento da Região para 2017, argumentando que é um “documento profundamente compro-

metido” com as áreas sociais, o reequilíbrio das contas públicas, a gestão eficiente dos recursos, o investimento público e a continuação da diminuição da carga fiscal.

Os sociais-democratas madeirenses anunciaram, ainda, a criação da Comissão Coordenadora Autárquicas 2017 com o objetivo de “liderar o processo autárquico interno e desenvolver a articulação entre as estruturas locais e a Comissão Política Regional na definição dos projetos políticos”.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO

DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

N.º 1037 • 20 DE SETEMBRO 1995 • PREÇO 100\$00



Fernando Nogueira em campanha

«Onda laranja» cada vez maior



Edição n.º 1037 do "Povo Livre", de 20 de setembro de 1995. Manchete: "Fernando Nogueira em campanha: 'Onda laranja' cada vez maior". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 17 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção de Amarante

- 1 - Comissão Política de Secção
- 2 - Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00.às 20h00

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 09 de Dezembro de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00 na sede, sita no Centro Comercial Norte Vez – Rua Nunes de Azevedo, nº 77 – cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 19h00.às 22h00

AVINTES / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Avintes - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Junta de Freguesia de Avintes, sita na Rua da Escola Central, 75 – Avintes, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Avintes

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede estará aberta para o efeito todos os dias úteis das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 15h00.às 17h00

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cascais para reunir no próximo dia 17 de Novembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h15, no Hotel Praia Mar, sito na Rua Gurué, 16 - Carcavelos, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;

**CASTELO BRANCO
ALTERAÇÃO DE DATA**

A Assembleia de Secção de Castelo Branco, marcada para o dia 28, foi alterada para o **dia 05 de Dezembro de 2016** no mesmo local e hora

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Avenida Tenente Valadím, 47 E, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Eleições Autárquicas 2017
- 4 – Outros Assuntos

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coimbra, para reunir no próximo dia 18 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h15, na sede, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Esposende, para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sala de reuniões do Hotel Suave Mar, sito na Av. Eng.º. Arantes e Oliveira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Apreciação e votação do relatório de contas da CPS referente ao ano de 2015
- 3 – Apreciação e votação do plano de actividades da CPS para o ano de 2017
- 4 – Apreciação e votação do orçamento da CPS para o ano de 2017
- 5 - Análise da situação política local e nacional
- 6 - Outros assuntos de interesse para o partido

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja para reunir, no próximo dia 23 de Novembro de 2016, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Jornal de Estarreja, 109 – Estarreja, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional, distrital e local
- 2 – Convenção Autárquica
- 3 – Coligação Autárquica
- 4 – Outros assuntos de interesse

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luis, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 – Processo eleitoral autárquico
- 3 – Outros assuntos

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Fundão, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, sita no Bairro do Espírito Santo, Rua dos Restauradores, Lote 10 r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Comissão Política de Secção
- 2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00.às 18h300

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa (Algarve) para reunir no próximo dia 17 de Novembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00, no Convento de S. José, sito na rua Joaquim Eugénio Júdice -Lagoa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses, para reunir no próximo dia 07 de Dezembro de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Sacadura Cabral, nº 10, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 – Análise da situação político-partidária

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2016 (quinta-feira) pelas 20h30, na Sede, sita na Praça 5 de Outubro, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 - Estratégia política local
- 2 - Parecer sobre as Candidaturas Autárquicas de 2017
- 3 - Outros Assuntos

PORTO / NÚCLEO OCIDENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2016, (segunda-feira), pelas 21h30 no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Ramalde, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise/ Avaliação do Mandato da CP PSD NOP
- 3 -- Eleições CP PSD NOP
- 4 - Outros

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2016 (terça-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Praça do Almada, nº 7 escritório 1, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política actual
- 2 – Outros assuntos

S. BRÁS DE ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. Brás de Alportel, para reunir no próximo dia 17 de Novembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Serpa Pinto, nº 2, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 – Autárquicas 2017
- 3 – Coligação partidária autárquica 2017
- 4 – Outros assuntos de interesse

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir no

próximo dia 21 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21H00, na nova sede, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
1 – Apresentação e debate sobre o PDM
2 – Análise da situação política actual

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 17 de Novembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua do M.F.A. nº 11 - Amora, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
1 – Informações
2 – Autárquicas 2017, aprovação do programa e candidatos
3 - Análise da situação política – partidária

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tondela, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, sita no Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, nº 49 – 2º D, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas das 15h00.às 18h00

UNIÃO DE FREGUESIAS DE GULPILHARES - VALADARES / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da União de Freguesias de Gulpilhares/Valadares - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Junta de Freguesia de Valadares, sita na Av. António Coelho Moreira, 706 – Valadares, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo da União de Freguesias de Gulpilhares/Valadares

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- A sede estará aberta para o efeito todos os dias úteis das 17h00 às 21h00, no último dia das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 15h00.às 17h00

VILAR DE ANDORINHO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vilar de Andorinho, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 16h00 na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Vilar de Andorinho

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- A sede estará aberta para o efeito, todos os dias úteis das 17h00 às 21h00, no último dia das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 16h00.às 20h00

VEISEU / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Novembro de 2016

(segunda-feira), pelas 21H00, no Solar dos Peixotos, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
1 – Informações
2 – Estratégia Autárquica
3 - Análise da situação política nacional
4 – Outros assuntos



CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o II Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 25 de Novembro (sexta-feira), pelas 21 horas, na sede concelhia da JSD de Torres Vedras, sita Rua 9 de Abril, Nº1, 3º Dto, Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura, discussão e votação da ata do I Conselho Distrital Ordinário;
2. Apresentação do programa do Diretor do Gabinete de Estudos Distrital;
3. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para a Formação;
4. Apresentação do programa do Diretor de Informação Distrital;
5. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para o Ensino Superior;
6. II Painel Temático: Educação no Oeste – Oportunidades de Futuro.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Braga, para reunir no dia 18 de Novembro de 2016, pelas 21h30, na sede concelhia do PSD, sito no Largo da Senhora – a – Branca, 116 em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1: Informações;
Ponto 2: Análise da situação Política Local;
Ponto 3: Análise da situação Política Nacional.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhia da JSD da Lourinhã, para reunir no próximo dia 17 de Dezembro, sábado, pelas 15 horas, na Sede da JSD da Lourinhã, sita na rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, 14/12/2016, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 15h00m - 17horas.

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia JSD Mangualde, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2016 (Sábado), pelas 17 Horas, na Rua Cruz da Mata, sem número de porta, 3530-114, Mangualde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia JSD de Mangualde.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. - As urnas estarão abertas das 17H00 às 19H00.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convocam-se os militantes da concelhia de Oliveira do Bairro para reunirem no dia 26 de Novembro de 2016, pelas 17 horas, na Sede da Associação Desportiva Recreativa Ambiente e Cultura do Rêgo, sita na Rua da Capela, nº24, 3770-064, no Rêgo, na freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise do Mandato;
- 2 - Outros Assuntos.

NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico do Porto para Plenário a realizar no próximo dia 17 de Novembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD e da JSD do Centro Histórico do Porto, sita na Praça da Batalha, nº 90, sala 10, 2º andar, 4000-102, concelho do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise da situação política atual;
- 2- Apresentação das candidaturas dos candidatos à JSD concelhia do Porto;
- 3- Outros assuntos de interesse.

CONGRESSO DISTRITAL DE VISEU DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o Congresso Distrital de Viseu da JSD a decorrer no dia 17 de dezembro de 2016, em Viseu.

Notas: as listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (14 de dezembro), na Sede Distrital da JSD e PSD de Viseu, sita na Rua do Inatel - Lote 55 - C/V Esq., em Viseu, que para o efeito se encontrará aberta. Toda a documentação deverá respeitar as normas estatutárias e regulamentos da JSD. O ato eleitoral terá a duração de três horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 15h00m e as 18 horas.

CONVOCATÓRIA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS DE VISEU DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do Distrito de Viseu, para reunir no próximo dia 10 de dezembro (sábado), entre as 17 horas e as 19 horas, nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Delegados Concelhios de Viseu ao Congresso Distrital da JSD de Viseu.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (7 de dezembro), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

Armamar – Salão Paroquial de Armamar, Praça da República.

Carregal do Sal – sede do PSD Carregal do Sal, Entrada junto à Escola Secundária de Carregal do Sal.

Castro Daire – Rua Cândido dos Reis nº1.

Cinfães – Junta de Freguesia de Cinfães, Rua Xanana

Gusmão.
Lamego – Sede do PSD Lamego, Avenida 5 de outubro
Mangualde – Rua Cruz da Mata, na Estalagem Cruz
da Mata
Mortágua – Sede do PSD Mortágua, Rua João Lopes
de Moraes R/c Esq
Oliveira de Frades – Sede PSD, Jardim Dr, José Dinis

Vieira
Resende – Sede do PSD Resende, Rua José Pereira
Monteiro nº214
Santa Comba Dão – Sede do PSD Santa Comba Dão,
Rua Gago Coutinho nº12 R/c
São Pedro do Sul – Sede do PSD São Pedro do Sul,
Avenida Sá Carneiro Edifício Avenida, Cave

Sátão – Rua Viscondes do Banho, Cave 5
Tarouca – Restaurante Chave de Ouro
Tondela – Sede do PSD, Lg. Anselmo F. Carvalho
Viseu – Sede do PSD Viseu, Rossio nº14 2º andar
Vouzela – Rua da Escola (Quinta do Luizinho), Ban-
davizes



REGULAMENTO CONGRESSO DISTRITAL DE VISEU DA JSD

CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1.º (Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do artigo 3.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Viseu da JSD.

Artigo 2.º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

Artigo 3.º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

a) A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;

b) A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artigo 4.º (Composição e Direitos de Voto)

1. Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto

a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital, regularmente eleita e em exercício de funções;

b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b), do artigo 27.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respetiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;

c) 50 - Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.

2. São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:

a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;

b) Os membros da Comissão Política Distrital;
c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas alíneas e), 1), g), h), i), j), k) e j) do artigo 4º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3. A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4. Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5.º (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no n.º3, do artigo 279, dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente;
- Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
- Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação eletrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6.º (Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em ata.

Artigo 7.º (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

- a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD;
- f) Abster-se do uso de expedientes dilatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artigo 8.º (Participantes e Observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 9.º (Data e Hora)

O Congresso Distrital de Viseu da JSD decorrerá no dia 17 de dezembro de 2016, em Viseu, com início às 15h00m, na Sede Distrital da JSD e PSD, sita na Rua do Inatel - Lote 55 - C/V Esq., em Viseu.

Artigo 10.º (Quórum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4. Excetua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até ao início dos trabalhos.

Artigo 11.º (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 12.º (Ordem de trabalhos)

1. Abertura e Boas vindas;
2. Apresentação e discussão das moções sectoriais;
3. Apreciação do mandato Distrital - 2014/2016
4. Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas
5. Eleição dos órgãos Distritais mandato 2016/2018 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15 e as 18 horas)
6. Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários
1. Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados
2. Encerramento

Artigo 13.º (Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
- g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos;
- i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra;
- j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 14.º (Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento

e dirigir os respetivos trabalhos;

- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- g) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 15.º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 16.º (Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quorum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as atas.

CAPÍTULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artigo 17.º (Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital - e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.

3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 18.º (Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas, portanto, aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 19.º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 20.º (Candidaturas aos órgãos Distritais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 3 dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede da JSD e PSD Distrital de Viseu, sita na Rua do Inatel - Lote 55 - C/V Esq., em Viseu.

Artigo 21.º (Distinções Honorárias Distritais)

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do Distrito, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes Distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do Distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do respetivo Distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º (Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 23.º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua publicação.



CONVITE MAGUSTO

13 NOVEMBRO
15:00H

AUDITÓRIO
JUNTA DE FREGUESIA
STA CATARINA DA SERRA

Confirmar presença para:

> Maria do Carmo Saraiva

Tm. 965 061 083

> Rúben Frazão

Tm. 916 199 741

ORGANIZAÇÃO:
PSD e JSD de Leiria

